



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

**Pregão Eletrônico n. 17/2025 - CIA 0004229-15.2026.8.11.0000**

**Assunto:** Contratação de serviços de desinsetização, dedetização, descupinização e Desratização com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

**Vistos etc.**

Trata-se do Pregão Eletrônico n. 17/2025, tendo por objeto a obtenção das ofertas mais vantajosas para a prestação de serviços de desinsetização, dedetização, descupinização e Desratização com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A Presidência considerou a demanda oportuna e conveniente em 13/02/2026 (andamento n. 18 do expediente vinculado), ao considerar a necessidade de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores e usuários, prevenindo riscos decorrentes da proliferação de pragas urbanas, bem como garantir a proteção e conservação do patrimônio público, evitando danos estruturais e sanitários, em atendimento às normas sanitárias, ambientais e técnicas aplicáveis.

Por consequência, o Departamento Administrativo instruiu os autos com a planilha de despesas (andamento n. 9), no valor de R\$ 411.366,45 (quatrocentos e onze mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), devidamente contemplados no PTA 2026, conforme a Informação Orçamentária n. 50/2026-COPLAN, bem como a minuta de edital elaborada em observância do modelo padrão disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (andamento n. 30), entre outros documentos.

Em seguida, a Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

reconheceu a adequação da modalidade licitatória e a regularidade formal dos autos, mas apresentou apontamentos e recomendações de ajuste antes da publicação do certame, a fim de garantir a legalidade, a competitividade e a vantajosidade da contratação. Confira-se:

*“a) Termo de Referência*

*Além dos apontamentos fixados acima, sugere-se as retificações:*

- Em “INFORMAÇÕES GERAIS”, substituir a parte final do objeto “a serem executados nos prédios e instalações dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual”, para “a serem executados nas áreas internas das unidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso”;*
- No item 1.10, indicar se o prazo máximo de prorrogação será de acordo com o artigo 106 (cinco anos) ou artigo 107 (dez anos);*
- No item 9.2 que trata sobre o reajustamento, esclarecer que a concessão do direito dependerá de solicitação da contratada, antes da conclusão da anualidade, sob pena de preclusão;*
- No item 10.3.2, incluir o prazo máximo de 6 (seis) anos para a fixação da sanção de declaração de inidoneidade;*
- No item 10.4.1, incluir a Instrução Normativa n. 03/2024-CAdm, como fundamento jurídico do procedimento administrativo mencionado;*

*b) Edital*

*Com relação à Minuta do Edital, ressalta-se as correções:*

- No preâmbulo, indicar se o prazo máximo de prorrogação será de acordo com o artigo 106 (cinco anos) ou artigo 107 (dez anos);*
- Nos itens 2.7 e 2.8 retificar a numeração indicada para 2.6.2 e 2.6.9;*

*c) Contrato*

*Todas as Cláusulas da Minuta do Contrato devem reproduzir fielmente as regras do Termo de Referência e do Edital, incluindo as adequações acima apontadas.*

*No mais, orienta mais algumas correções:*

- No item 2.1, indicar se o prazo máximo de prorrogação será de acordo com o artigo 106 (cinco anos) ou artigo 107 (dez anos);*
- Nos itens que se referem aos requisitos de qualificação técnica e profissionais (9.3 e 9.4), adequar de acordo com a orientação acima, para que sejam indicados rol de profissões compatíveis com os serviços a serem prestados, cuidando para que não configure restrição na competitividade;*
- Excluir os itens 11.1.1 e seguintes, sendo oportuno apenas a*





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

*indicação do item 4.8, do Termo de Referência n. 07/2026;*

*- Corrigir a ortografia da palavra sustentabilidade, na Cláusula Décima Oitava;" (Parecer n. 167/2026/ATJL - andamento n. 35).*

A ATJL ainda recomendou a necessidade de especificar de forma mais clara os requisitos de qualificação técnico-profissional, com indicação dos profissionais responsáveis e respectivo registro em conselho competente, bem como os critérios de qualificação técnico-operacional, esclarecendo o percentual mínimo do objeto a ser comprovado por atestados e evitando inconsistências quanto à forma de comprovação da experiência anterior. Ressaltou, ainda, que as exigências devem limitar-se às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, de modo a garantir a regularidade do certame e preservar a competitividade entre os licitantes.

Em cumprimento à deliberação Presidencial, a Divisão de Serviços Gerais juntou o Termo de Referência atualizado, contemplando as sugestões de melhoria apresentadas pela assessoria jurídica, no andamento n. 46.

Por fim, no andamento n. 55, o Gerente Setorial de Licitações informou que a minuta do edital foi alterada, em conformidade com o parecer jurídico e última versão do Termo de Referência.

É o essencial. **Decido.**

O artigo 29, da Lei n. 14.133/2021 estabeleceu que o pregão é a via adequada para a aquisição de bem ou contratação de serviço cujo objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Confira-se:

*“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta*





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

*Lei”.*

Na espécie, verifica-se que o objeto da licitação se enquadra na hipótese legal que permite a realização do pregão na sua forma eletrônica.

Destaque-se, ademais, que foram esgotadas as fontes ordinárias de pesquisa de preços e as recomendações formuladas pela Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação foram acolhidas em sua totalidade.

Portanto, nos termos da Lei de Licitações, **APROVO** a última versão do Termo de Referência e o edital do Pregão Eletrônico n. 17/2026.

À Coordenadoria Administrativa para adoção das providências pertinentes.

Cumpra-se.

Cuiabá, data conforme registro no sistema eletrônico.

*Assinado digitalmente*

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**  
*Presidente do Tribunal de Justiça*





# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:003C0000-0AA4-0A58-0AC8-08DEA213A587>

**Código verificador - AD:003C0000-0AA4-0A58-0AC8-08DEA213A587**



Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.